

O associativismo cabo-verdiano em Portugal: da Casa de Cabo Verde aos tempos de hoje *Cape Verdean associativism in Portugal – - from the Casa de Cabo Verde until today*

Alberto Rui Machado*

O texto que se segue é um conjunto de linhas de força da história das associações cabo-verdianas em Portugal, que estamos a escrever em conjunto com dirigentes associativos de diferentes épocas. Dá-se uma especial atenção aos tempos da Casa de Cabo Verde e à transição que se deu a seguir à Revolução dos Cravos, uma vez que essa história raramente tem sido contada e nem sempre com a objectividade necessária.

As primeiras tentativas de criação de um espaço cabo-verdiano

A primeira tentativa para a criação de um espaço cabo-verdiano foi feita na Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império mas não teve sucesso.

Anos mais tarde, Marcello Caetano, na altura Ministro das Colónias, encarregou o Chefe de Propaganda da Agência Geral do Ultramar, José Osório de Oliveira, intelectual português que viveu em Cabo Verde, da criação desse tão desejado espaço.

Mais uma vez o projecto não resultou mas teve o seu lado positivo pois permitiu que tivessem lugar diversas iniciativas ligadas à cultura cabo-verdiana como, por exemplo, o "Festival de Cabo Verde", no Teatro da Trindade com récita de poemas de autores cabo-verdianos pelo famoso declamador João Villaret.

José de Oliveira solicitou a colaboração de Manuel Velosa, homem de cultura cabo-verdiano que desempenhara o papel importante de aglutinador do grupo que produziu a revista "Claridade". Nessa altura, porém intelectuais cabo-verdianos que o poderiam apoiar estavam espalhados,¹ e Manuel Velosa viu-se obrigado, mais uma vez, a adiar o projecto, tentando posteriormente em 1955/56 criar o "Instituto de Cultura e Fomento de Cabo Verde". O Instituto propunha-se "promover a união e colaboração de todos os que, material e espiritualmente, se interessavam pelo desenvolvimento de Cabo Verde e fortalecer os laços que unem esse Arquipélago à Metrópole e a todo o Mundo Português". A doença que viria a vitimar Manuel Velosa não lhe permitiu ver os Estatutos aprovados mas o movimento gerado em torno do projecto permitiu um conjunto notável de actividades:

- Edição em 1956 do romance "Chuva Braba" de Manuel Lopes que obteve em 1957 o Prémio Fernão Mendes Pinto;

* Presidente da Direcção da Associação Caboverdiana de Lisboa / President of the Board of the Lisbon Cape Verdean Association.

- Realização em 1958 dos “Colóquios Cabo-Verdianos”, cujas conclusões foram editadas pela Junta de Investigação do Ultramar;
- Criação do “Centro de Estudos do Ultramar” integrado nas Comemorações do Quinto Centenário do descobrimento de Cabo Verde.

A Comissão Instaladora

Nos anos sessenta, dois acontecimentos iriam contribuir para uma grande mudança no panorama da imigração cabo-verdiana para Portugal: a escassez de chuva em Cabo Verde e a Guerra Colonial. A seca fez com que os cabo-verdianos, nomeadamente os das ilhas com mais actividade rural, procurassem imigrar a todo o custo. Simultaneamente, as dificuldades económicas e a Guerra Colonial levaram a que muitos jovens portugueses emigrassem para países europeus, numa altura em que a construção civil e o turismo precisavam urgentemente de mão-de-obra. As lacunas deixadas pela saída dos portugueses permitiram que se aceitasse de bom grado a vinda de grande número de cabo-verdianos para o “*Continente*”.

A comunidade cabo-verdiana de Portugal, até então predominantemente constituída por pessoas com alguma formação escolar, começou a ser alargada as pessoas com baixas ou nenhuma qualificações escolares ou técnicas, que imigravam puramente por razões de ordem económica.

Nos finais da década de sessenta, quando a comunidade começava a ser mais vasta e diversificada, um grupo de cabo-verdianos residentes em Lisboa começou a encontrar-se para analisar uma ideia, que outros já tinham tentado sem resultado, de criação de um espaço cabo-verdiano. O que se pretendia era dispor de um lugar onde os cabo-verdianos e amigos de Cabo Verde se pudessem encontrar e que servisse também para divulgar a cultura, a gastronomia e os valores cabo-verdianos, bem como apoiar os estudantes e os imigrantes cabo-verdianos mais necessitados.

A ideia nascera em encontros de Lucas da Cruz e Manuel Chantre, mas a esse “núcleo duro” haviam-se juntado Manuel Rodrigues, Terêncio Anahory, Humberto Leite e Antero de Barros. Posteriormente aderiram Adolfo de Oliveira e Jorge Velosa, dois dos “sobreviventes” da última tentativa da criação de um Centro Cabo-Verdiano em Lisboa, cuja experiência poderia ser útil. Embora estivessem todos unidos na intenção comum de dar vida a uma instituição cuja existência sentiam comumente necessária, havia divergências na concepção dos fins e meios de actuação para os atingir. Era natural que assim fosse pois o grupo era heterogéneo e as ideologias eram das mais variadas, da esquerda à direita passando pelo centro. Contudo, o que estava em jogo era suficientemente importante para se conseguir uma harmonização das posições, até porque era sabido que a fase da legalização ia exigir muito de cada um, dado que naquela época tal tipo de actividades era sujeito a um controlo muito grande por parte do Estado português.

Conseguido o consenso, a Comissão Organizadora, constituída pelos elementos atrás referidos, elaborou um projecto de Estatutos que foi discutido em Assembleias alargadas que se reuniram por duas vezes na Casa do Alentejo. A referida Comissão foi

então mandatada para prosseguir as diligências necessárias para a aprovação dos estatutos pelos Ministérios do Interior e do Ultramar como era obrigatório na altura. Antes, porém, de requerer a aprovação dos Estatutos, a Comissão Organizadora procurou contactar o Governador de Cabo Verde, António Lopes dos Santos e o Ministro do Ultramar, Silva Cunha, como era da praxe. Ambas as entidades acolheram a ideia com agrado e afirmaram à Comissão a disposição de auxiliar a "Casa".

Lucas da Cruz aproveitou ainda a sua estadia em S. Vicente para pedir uma audiência ao Presidente da Câmara de S. Vicente e lhe solicitar apoio para o projecto, o que lhe foi garantido. Certamente animado por este êxito, Lucas da Cruz, uma vez regressado a Lisboa, fez sair cartas para as restantes Câmaras de Cabo Verde solicitando um subsídio anual que lhes daria a categoria de sócios beneméritos e ainda um subsídio específico de instalação.

Para ganhar tempo, a Comissão enviou boletins de inscrição para sócio a várias centenas de cabo-verdianos tendo obtido uma reacção que mostrava o entusiasmo que se estava a gerar em torno do projecto.

Os Estatutos

Os Estatutos, após terem sido efectuadas as alterações sugeridas pelo Ministério do Ultramar seguiram, a 4 de Setembro de 1969, para o Ministério do Interior.

Entre os objectivos dos Estatutos destacavam-se:

- a) Congregar pessoas que, material ou espiritualmente se encontrem ligadas a Cabo Verde e que queiram contribuir para o seu progresso cultural, económico e social;
- b) Contribuir para o estreitamento das relações entre essas pessoas e para o fortalecimento da sua ligação a Cabo Verde;
- c) Proporcionar aos associados um centro de reunião e convívio com ambiente tipicamente cabo-verdiano;
- d) Estabelecer relações de cooperação e de intercâmbio com os núcleos de cabo-verdianos existentes noutros pontos do país e estrangeiro;
- e) Organizar o censo dos cabo-verdianos residentes no continente, no ultramar e no estrangeiro e procurar estabelecer contacto com todos, de modo a fortalecer os elos que os devem unir e exaltar o sentimento de solidariedade e de auxílio mútuo;
- f) Promover a obtenção de bolsas de estudo ou de subsídios para estudantes cabo-verdianos, e a instituição de prémios pecuniários, ou de outra natureza, com vista a incentivar um melhor aproveitamento escolar, tudo nos termos definidos em regulamentos próprios;
- g) Organizar um fundo de assistência e cooperação social para auxílio dos sócios necessitados.

Nos seus curtos 4 anos de existência a Casa de Cabo Verde iria conseguir cumprir a quase totalidade dos objectivos a que se propôs. A versão definitiva dos Estatutos com a data de 28 de Outubro de 1969 foi assinada por todos os membros da Comissão Instaladora. Entretanto chegavam respostas positivas às cartas dirigidas às Câmaras Municipais.

A Comissão Instaladora arrendou, em Dezembro desse ano de 1969, um andar no Largo do Andaluz, que passou a funcionar como sede provisória da Casa de Cabo Verde e alargara o círculo dos colaboradores. A breve trecho tornou-se conhecida a criação da Casa de Cabo Verde e começaram a chegar as primeiras ofertas em livros para a constituição de uma biblioteca sobre Cabo Verde e, de diversas partes do mundo, onde havia comunidades cabo-verdianas, foram recebidas mensagens de estímulo. Um delas vinha da Liga dos amigos de Cabo Verde em Angola.

As Primeiras Eleições

Os Estatutos foram, entretanto, aprovados pelos Ministérios do Ultramar e do Interior e a 12 de Fevereiro de 1970 realizavam-se, na Casa do Alentejo, as eleições para os Corpos Gerentes.²

As diligências efectuadas na busca de um espaço adequado aos fins em vista culminaram com o arrendamento de um andar, na Rua Duque de Palmela, pertencente à Santa Casa da Misericórdia. A inauguração fez-se com pompa e circunstância e com a presença do Ministro do Ultramar de então, Dr. Silva Cunha.

Entre realizações de índole cultural e recreativa a Casa de Cabo Verde foi alargando o seu círculo de sócios que já não se limitavam ao território continental português mas se estendiam também a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Senegal, Estados Unidos da América, etc.. A Casa de Cabo Verde chegou a ter mais de mil sócios, que pagavam regularmente as suas quotas, feito que nenhuma outra associação cabo-verdiana, das muitas que surgiram após o 25 de Abril, viria a igualar.

Intelectuais cabo-verdianos e portugueses, como Gabriel Mariano, António Carreira, Teixeira de Sousa, Manuel Ferreira, Nuno Miranda e outros revezavam-se em palestras e seminários a que acorriam não só os sócios mas também estudantes, como Renato Cardoso e Alírio Vicente Silva (Tacalhe), que, embora contestando a linha seguida pela Casa de Cabo Verde, sabiam apreciar esse tipo de actividades.

Em Dezembro tinha sempre lugar a Festa dos Trabalhadores, com distribuição de cobertores, camisolas e roupões que eram muito apreciados pois muitos dos imigrantes vinham sem agasalhos adequados ao Inverno e viviam em estaleiros das próprias obras em condições bastante precárias. Também a Festa de Natal das Crianças era muito concorrida e com apoio de diversos fabricantes de brinquedos conseguiam-se prendas que faziam a delícia dos filhos dos associados e de outros imigrantes que a ela se associavam. O baile de fim do ano era um acontecimento que envolvia toda a comunidade e traziam-se do exterior orquestras cabo-verdianas ou crioulas que faziam grande

sucesso. Já outras actividades, como o apoio à “Miss Cabo Verde” ou os contactos com o Governador de Cabo Verde mereciam a crítica de alguns membros da Direcção.

As divergências foram-se acentuando e acabariam por levar ao afastamento voluntário do Dr. Manuel Chantre e, quando houve eleições para o biénio de 1972/1973 o seu nome já não constou das novas listas.³ Os membros da Direcção que se posicionavam mais à esquerda sentiam-se cada vez mais isolados mas achavam que era dentro da Casa que se devia lutar pelas suas convicções e não fora dela.

Entretanto, a Casa de Cabo Verde iniciara a publicação de um boletim mensal, com o nome inicial de “Presença Crioula”, mas considerando que “crioulo” era uma designação bastante ambígua, o nome viria a ser alterado para “Presença Cabo-Verdiana”, a partir de Abril de 1974.

No âmbito social foi feito um apelo aos muitos professores cabo-verdianos residentes em Portugal para colaboração na alfabetização dos imigrantes cabo-verdianos entre aos quais a taxa de analfabetismo e iliteracia era muito elevada.

Ao fim de dois mandatos, Lucas da Cruz, eventualmente agastado com algumas críticas, nomeadamente do Dr. Caldeira Marques, achou que era hora de ceder o lugar.⁴ Em Março de 1974 foi eleita uma nova lista,⁵ que viria no entanto a ter uma vida curta.

O pós-25 de Abril

Com efeito a 25 de Abril o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao regime ditatorial que governara Portugal durante quatro décadas. O Presidente da Direcção, Dr. António Caldeira Marques, achou que os Corpos Gerentes se deveriam demitir e promover eleições dentro do novo contexto. A 16 de Maio 1974 os Corpos Gerentes da Casa de Cabo Verde reuniram-se para apreciar a nova situação da Associação perante a nova conjuntura política que se passou a viver em Portugal, tendo sido tomada a decisão de demissão em bloco.

A 25 de Maio de 1974 realizou-se uma Assembleia-Geral que aceitou esse pedido de demissão conjunto, tendo sido designada uma comissão com a função de dirigir interinamente a Casa de Cabo Verde até novas eleições a realizar dentro de 60 dias e a rever os Estatutos por forma a eliminar as cláusulas impostas pelo regime anterior.⁶

Ao mesmo tempo cedeu-se uma sala das instalações a um grupo activista de estudantes: GADCG - Grupo de Acção Democrática de Guiné e Cabo Verde. Esse Grupo que fora criado por Manuel Chantre e Caldeira Marques junto do MFA com o nome de GADC (Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde) passara a integrar elementos da Guiné-Bissau e mudara a sigla para GADCG. Ao fim de algum tempo começou a haver desentendimentos entre a Comissão de Gestão da Casa de Cabo Verde e o GADCG. Enquanto os primeiros estavam mais motivados para a realização de eventos dirigidos aos sócios e para a preparação de eleições, os novos inquilinos estavam

mais preocupados com comícios políticos e mobilização das massas para a luta pela independência de Cabo Verde.

Enquanto isso no Boletim “Presença Cabo-Verdiana” de Setembro era divulgado o ideário das formações políticas de Cabo Verde, PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), UPICV (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde) e UDC (União Democrática de Cabo Verde). O Director, ainda que criticado pelos dirigentes do GADCG, que achavam que só o PAIGC tinha legitimidade para falar em nome do povo cabo-verdiano, manteve-se à frente da publicação. Nesse entretanto, o GADCG já se tinha apoderado da totalidade das instalações da Casa de Cabo Verde e as demissões dos sócios começam a surgir. Uns deixaram de frequentar a Casa de Cabo Verde e de pagar quotas, outros tiveram atitudes mais drásticas, como Lívio dos Reis Borges que escreveu uma carta que foi publicada no Boletim de Outubro de 1974: “[...] porque não posso partilhar a orientação de albergar na Casa de Cabo Verde grupos partidários....venho apresentar a minha demissão de sócio fundador”.

A 15 de Outubro de 1974 teve lugar uma Assembleia Eleitoral que escolheu uma nova Comissão Directiva.⁷

Associação de Caboverdeanos e Guineenses

Um ano depois, a 17 de Outubro de 1975 a Assembleia volta a reunir-se e da Comissão directiva apenas um único elemento comparece: Nataniel Rodrigues. A 31 de Outubro de 1975 a Assembleia-geral reúne-se e são aprovados parte dos novos Estatutos. Uma das alterações foi a criação da categoria de sócios auxiliares. Nela estavam incluídos todos os sócios que não fossem cabo-verdianos nem guineenses. Os sócios auxiliares pagavam quotas como os outros mas não tinham o direito de participar em Assembleias, votar ou ser eleitos para os Corpos Gerentes. Para muitos portugueses e amigos de Cabo Verde foi uma situação humilhante e inaceitável que levou ao seu afastamento definitivo.

Foi também decidida a criação da Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses como resultado da fusão da Casa de Cabo Verde e do GADCG. No entanto, na Assembleia que se lhe seguiu, a 7 de Novembro de 1975, Manuel Chantre coadjuvado por mim tentou opor-se à entrada de guineenses na Associação. Manuel Chantre defendera em Assembleia anterior a junção com os guineenses mas reconsiderara entretanto a sua posição. A Assembleia teve uma reacção vigorosa e chegou a haver ameaças de expulsão dos dois contestatários.

Falava-se muito de democracia, mas, diferentemente do que acontecia nas assembleias da então muito criticada Casa de Cabo Verde, quem fosse contra o ideário dos partidos dominantes, nem lhe era concedida a palavra como aconteceu com o D. Lívio Borges, que fora Presidente da Assembleia da Casa de Cabo Verde.

Feita a votação, a designação que abrangia os dois povos foi aprovada pela maioria da assembleia. Os Estatutos acabariam por ser totalmente aprovados a 14 de Novembro

de 1975 e a 12 de Dezembro de 1975 realizam-se novas eleições tendo sido escolhida uma lista proposta por Helena Lopes da Silva.⁸ A nova estrutura fugia ao esquema tradicional e deixava de haver Conselho Fiscal. Não se pode esquecer que o Verão quente de 1975 já passara mas as ideias do PREC ainda dominavam.

Durante o seu mandato é levado a cabo um recenseamento dos imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal, permitindo que muitos pudessem votar para a constituição da primeira Assembleia Nacional Constituinte. Menos de um ano depois, a 19 de Junho 1976 há uma reestruturação dos Corpos Gerentes.⁹

Nas palavras de um dirigente associativo: “Infelizmente, passados os momentos de euforia e emoção, o entusiasmo que animava inúmeros colaboradores e sócios da Associação, entrou em rampa descendente e, com ele, o trabalho associativo ficou reduzido, praticamente, às actividades da sede. O trabalho associativo entrou em declínio e os programas pouco saem da rotina gerada, não sendo relevantes algumas experiências tentadas”.

É neste contexto que ano e meio mais tarde há novas eleições.¹⁰ Durante este mandato foi realizado o primeiro encontro de trabalhadores cabo-verdianos com representantes da Embaixada de Cabo Verde e desenvolveu-se uma grande acção de alfabetização na zona da Venda Nova para crianças e adultos, com o apoio da Acção Católica. A Associação participou na criação da “Associação de Moradores do Alto da Cova da Moura” onde existia (e existe) um número significativo de cabo-verdianos. Foram estabelecidos contactos com associações congéneres da Europa e EUA propondo cooperação e solidariedade recíprocas. No âmbito das actividades culturais é de salientar o lançamento do livro “Ilhéu de Contenda” de Teixeira de Sousa. Em 1978, uma Delegação representativa participou no 1º Encontro Nacional da Comunidades Cabo-Verdianas no Mindelo Cerca de um ano depois nova Assembleia e novos Corpos Gerentes.¹¹ Na Assembleia houve ainda queixas sobre o trabalho da alfabetização que vinha tendo um papel importante para a comunidade cabo-verdiana de Portugal e que ultimamente sofrera um abrandamento notável. Mesmo assim foram dados passos significativos na criação de futuras delegações no Seixal e em outras zonas de forte implantação da imigração cabo-verdiana. Houve ainda realizações de apoio e solidariedade à luta do povo de Timor-Leste e palestras de Corsino Fortes e Daniel Graça. O apoio financeiro dos Governos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau foram fundamentais para a realização das actividades programadas.

As queixas foram apresentadas na Assembleia de 1 de Janeiro de 1980.¹²

A Associação Caboverdeana

A 14 de Novembro de 1980, Nino Vieira, aproveitando um certo descontentamento da população, devido à degradação do nível de vida, derrubou Luís Cabral com um golpe militar. Seguiu-se uma certa perseguição aos cabo-verdianos que viviam na Guiné-Bissau e a as relações entre os dois países, antes bastante amistosas, ficaram bastante tensas.

A tomada de posição de Cabo Verde levou a que a Assembleia-Geral se reunisse em Fevereiro de 1981 para analisar a situação. A decisão não poderia ser outra que não fosse a transformação da Associação de Caboverdeanos e Guineenses em Associação Caboverdeana.

Foi então criada uma Comissão para revisão dos Estatutos de forma a estarem de acordo com a nova realidade.¹⁴ Alterados os Estatutos e a denominação da Associação – Associação Caboverdeana – realizou-se a 31 de Maio de 1981 uma Assembleia Eleitoral.¹⁴

Durante o mandato a Comissão Directiva participou em várias reuniões com diversos organismos para um melhor equacionamento do problema da alfabetização, colaborou com a Comissão Eleitoral em campanhas de esclarecimento sobre as eleições para a Assembleia Nacional Popular, fez reuniões de trabalho com imigrantes cabo-verdianos em Sines para a criação de uma associação naquela localidade, reuniu com a Câmara da Amadora para tentar resolver os problemas relacionados com a habitação dos cabo-verdianos do Bairro das Fontainhas e festejou condignamente o 5 de Julho. No fim do ano organizaram um baile na FIL com os conjuntos “Voz de Cabo Verde” e “Tulipa Negra”.

Também foi iniciado um arrojado empreendimento, que recebeu um nome cheio de simbolismo – “Nô Djunta Môn” – um projecto integrado de educação de base e que abrangia especificamente as áreas de alfabetização, saúde e planeamento familiar. A zona escolhida para funcionar como projecto-piloto foi o Bairro do Alto da Damaia. Estava previsto ter uma duração mínima de 4 anos e custos de cerca de 90.000 euros a ser financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Direcção Geral de Adultos. A Associação Caboverdeana passou a ter uma participação mais activa no programa “A Voz da Solidariedade”.

A 26 de Fevereiro de 1983 foram eleitos os novos Corpos Sociais da Associação.¹⁵

Em Maio de 1983, a Santa Casa da Misericórdia subiu a renda, o que não favoreceu em nada as finanças da Associação. As receitas próprias da Associação que eram as quotizações e os proventos resultantes das realizações de ordem cultural e recreativa eram inferiores às despesas. A cobertura das despesas só foi possível graças ao apoio, nunca negado, da Embaixada e do Governo de Cabo Verde. Passou a haver melhor informação sobre Cabo Verde na medida em que o jornal “Voz di Povo” e o “Boletim Oficial” passaram a se recebidos com mais regularidade. Uma nova iniciativa cultural, as “Tardes Caboverdiana” trouxeram à Associação gentes das letras como Manuel Ferreira e Gabriel Mariano e da música como Luís Rendall e Bana. O projecto “Nô djunta môn” prosseguiu com bastante aceitação por parte dos imigrantes. Durante este mandato o desporto continuou a ser um dos aspectos mais importantes das actividades da Associação tendo-se realizado dois torneios.

A 08 de Março de 1985 tomavam posse os novos Corpos Gerentes da Associação.¹⁶

A nova comissão directiva teve de enfrentar o problema das infiltrações de água das chuvas no salão mas o pouco apoio do senhorio, a Santa Casa da Misericórdia, não permitiu a resolução dos mesmos, muito embora se tenha sido conseguido da mesma entidade um subsídio de apoio às actividades sociais a desenvolver.

Foi iniciada a publicação do boletim informativo “Mantenha” que veio reforçar os laços com os sócios e com a comunidade em geral. Realizaram-se dois torneios de futebol, o primeiro durante os festejos da Independência de Cabo Verde e o segundo por alturas das comemorações da morte de Amílcar Cabral para além de provas de atletismo. Também houve torneios de Bilhar, Oril e Damas que trouxeram à sede muitos imigrantes cabo-verdianos. O projecto “Nô Djunta môn” prosseguiu com o sucesso dos anos anteriores e apoio de entidades portuguesas e cabo-verdianas. A 12 de Maio de 1985 foi possível reunir numa “Tarde Caboverdeana” um notável leque de artistas: Titina, Luís Morais, Cesária, Ana Emília, Zenaida, Celina e Amândio Cabral.

As elevadas despesas da Associação foram mais uma vez cobertas graças aos apoios de Cabo Verde e da Santa Casa da Misericórdia.

Nos anos de 1988 a 2009 foi desenvolvida uma intensa actividade, impossível de descrever nestas curtas linhas. Importa, no entanto, sublinhar que, presentemente, o objectivo dos novos Corpos Gerentes é o saneamento económico, a reconquista dos sócios e a dinamização das actividades culturais e sociais da Associação, para além de uma revisão dos Estatutos que permitam, nomeadamente, a entrada como sócios de pleno direito a amigos de Cabo Verde detentores de outras nacionalidades que não a cabo-verdiana.

Também está a ser equacionado o problema da nova vocação da Associação Caboverdeana, agora que a existência de numerosas associações cabo-verdianas espalhadas por Portugal e ilhas, muitas delas criadas com apoio da chamada associação-mãe, obriga a um repensar o leque de actividades que lhe compete desenvolver.

Notas

¹ Jorge Barbosa na Alfândega do Sal, Jaime de Figueiredo na Praia, João Lopes em S. Nicolau, Baltasar Lopes em S. Vicente e Manuel Lopes nos Açores.

² Direcção - Presidente: Dr. Lucas Filipe da Cruz; Vice-Presidente: Terêncio Anahory Silva; Secretário: Dr. Humberto Duque Monteiro Leite; Tesoureiro: Dr. Antero João de Barros; Vogais Efectivos: Eng.º Leonildo Cirilo Monteiro, Adolfo de Oliveira, Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre; Vogais Suplentes: Eng.º Alberto Rui Santos Machado, Aguiñaldo Mascarenhas Wahnnon, Augusto Serradas; Mesa da Assembleia Geral - Presidente : Manuel Serradas; Vice-Presidente: Ten-Coronel Luís de Jordão Neves Morazzo; Secretários: Esmeraldo Santos Lopes dos Reis, Dr. Francisco Jacinto Rocha; Conselho Fiscal - Presidente: Dr. Arnaldo Celestino Santos; Vogais Efectivos: Dr. António Caldeira Marques, Dr. Francelino Ângelo Gomes; Vogais Suplentes: Boaventura Ramos Celestino, Afonso Eduiz Ferreira.

³ Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Lívio Galvão dos Reis Borges; Vice-Presidente: Ten-Coronel Luís de Jordão Neves Morazzo; Secretários: Esmeraldo Santos Lopes dos Reis; Dr. Francisco Jacinto Rocha; Direcção - Presidente: Dr. Lucas Filipe da Cruz; Vice-Presidente: Jorge Tristão de Azevedo Lomelino Velosa; Secretário: Felícia Maria Antónia do Monte-Falco S. Almeida; Tesoureiro: Afonso Eduiz Ferreira; Vogais Efectivos: Adolfo de Oliveira, Eng.º Alberto Rui Santos Machado, José Mateus Spencer; Vogais Suplentes: António João Monteiro Sousa, Duarte Nuno Coelho Lemos, Ten. Francisco Xavier dos Santos Silva; Conselho Fiscal - Presidente: Eng.º José

dos Reis Borges; Vogais Efectivos: Aguinaldo Mascarenhas Wahnon, António do Rosário Brito, Vogais Suplentes: Boaventura Ramos Celestino, José Nereu Santos.

⁴ Em reunião de Direcção, realizada a 4 de Fevereiro de 1974 e alargada aos outros Corpos Gerentes, para preparação de uma lista eleitoral, foi sugerida pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Lívio Reis Borges a seguinte composição: Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Honório José Barbosa; Vice-Presidente: Manuel Lopes; Secretários: Dr.ª Lucília Neves Lemos, Dr. Sérgio Teixeira Leal; Direcção - Presidente: Eng.º Alberto Rui Machado; Vice-Presidente: Dr. António Caldeira Marques; Dr.ª Filipa Serradas, Eng.º Carlos Machado, Eng.º Alexandrino Gomes, António Gonzaga de Sousa Martins; Conselho Fiscal - Presidente: Pedro Barbosa Serrano; Vogais Efectivos: António Brito, Alberto Vicente Ferreira.

Mas o indigitado Presidente da Direcção, alegando razões particulares, não aceitou dizendo que preferia continuar como responsável pela publicação do boletim "Presença Cabo-Verdiana". Essa recusa iria condicionar os destinos da Casa de Cabo Verde perante evoluções políticas inesperadas que estavam a chegar.

⁵ Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. Honório José Barbosa; Vice-Presidente: Dr. Manuel Chantre; Secretários: Dr.ª Lucília Neves Lemos, Dr. Sérgio Teixeira Leal; Direcção - Presidente: Dr. António Caldeira Marques, Vice-Presidente: Jorge Tristão de Azevedo Lomelino Velosa; Secretário: Esmeraldo dos Santos Lopes dos Reis; Tesoureiro: Ten. Francisco Xavier dos Santos Silva, Vogais Efectivos: António Barbosa Carreira, Manuel Luís Fontes, Duarte Nuno Coelho Lemos; Vogais Suplentes: António João Monteiro Sousa, Óscar Lima Coelho Velosa, Eurico António Pinto Monteiro; Conselho Fiscal - Presidente: Dr. Lucas da Cruz; Vogais Efectivos: António do Rosário Brito, José Mateus Spencer; Vogais Suplentes: Alberto Vicente Ferreira; Director do Boletim Presença Cabo-Verdiana: Eng.º Alberto Rui Machado.

⁶ Coordenação: Esmeraldo Reis; Pelouro Social: Maria do Rosário Chantre de Sousa; Pelouro Cultural: Manuel Lopes; Tesoureiro: Francisco Santos Silva; Pelouro Administrativo: Celso Ramos Celestino

⁷ Esmeraldo dos Santos Lopes dos Reis, Francisco Xavier dos Santos Silva, Manuel Rambout Barcelos, Nataniel Nonato de Jesus Rodrigues, Leonildo Cirilo Monteiro.

⁸ Assembleia Geral - Presidente: João Baptista Almeida Morais; Vice-Presidente: Georgina Maria Augusta Benrós de Melo; Secretários: Israel Bello Lima Barros, Maria de Lourdes Monteiro, Comissão Directiva - Relações exteriores: Pedro Burgo; Assuntos Sociais: Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais; Cooperação e Solidariedade: José Manuel da Cruz; Alfabetização: Bartolomeu Simões Pereira; Informação e Propaganda: Cândido Desidério Santana; Recreativo e Cultural: Augusto Duarte; Administrativo e Financeiro: Lourenço do Rosário Firmino Lopes.

⁹ Assembleia Geral - João Baptista Almeida Morais, Georgina M³ Augusta Benrós de Mello, Maria de Lourdes Dias Monteiro, Daniel Lopes da Graça, Viviana Benrós de Mello; Comissão Directiva - Pedro Martins de Burgo, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais, Augusto dos Santos Duarte, Bartolomeu Simões Pereira, Viviana Benrós de Mello, Israel Bello Lima Barros, Lourenço Rosário M. Lopes.

¹⁰ Assembleia Geral - Eleutério Teixeira, Silvino Cesário Lopes, Celestino Maria Mendes Costa, Alexandre Medina Correia; Comissão Directiva - Tomás Salvador Paquete, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais, Pedro Martins de Burgo, Alberto José Barbosa, Bartolomeu Simões Pereira, Daniel Lopes da Graça, João Baptista Alves.

¹¹ Assembleia Geral - Bartolomeu Simões Pereira, Maria de Lourdes Dias Monteiro, Filomena Serra, José António Cohen Serra Rocheteau; Comissão Directiva - Alexandre Medina Correia, António Pedro da Costa Delgado, Celestino Maria Mendes Costa, Simão Antero Vieira Fontes José Barbosa, Carlos Alberto Fortes Lima, Dulce Valadares Dupret, Pedro da Mata Lima.

¹² Assembleia Geral - Pedro Mata Lima, Teófilo Spencer Lopes de Carvalho, Nelson de Jesus Nunes Lobo, João Monteiro Rodrigues; Comissão Directiva - Armindo Cipriano Maurício, Filomena de Jesus T. Frederico Delgado, Mário Alberto Tavares Alves Andrade, José Correia, Álvaro Apolo da Luz Pereira, Amâncio Varela, Jovino Fernando de Oliveira Peres.

¹³ A Comissão era constituída por Álvaro Apolo, Armindo Maurício, Pedro Burgo, João Morais e José Lopes Graça.

¹⁴ Assembleia Geral - Álvaro Apolo da Luz Pereira, Miguel Costa, Jovino Fernando de Oliveira Peres, Isabel Aurora Pimenta Lima de Morais; Comissão Directiva - João Monteiro Rodrigues, Viviana Benrós de Mello, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, João Barros, Armindo Cipriano Maurício, João Baptista Alves, Filomena Lima, José Lopes Graça.

¹⁵ Assembleia Geral - Armindo Cipriano Maurício, Joana Capristana Cruz, Manuel Vaz, José Maria Varela Borges. Comissão Directiva - Jovino Fernando de Oliveira Peres, João Monteiro Rodrigues, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, José Lopes Graça, Benfeito Mosso Ramos, Joaquim Lopes Correia, Bartolomeu Bonaparte Silva, Pedro da Mata Lima.

¹⁶ Assembleia Geral - João Baptista Alves, José Maria Varela Borges, Joaquim Lopes Correia, Joana Capristana Cruz. Comissão Directiva - João Monteiro Rodrigues, Bartolomeu Bonaparte Silva, José Lopes Graça, Margarida de Lourdes Rocha Cardoso, Adriano Andrade, Álvaro Apolo da Luz Pereira, Manuel Vaz, Pedro da Mata Lima.